



ATA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA-----

INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO-----

1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS MODIFICATIVAS.-----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2022. -----

RELATÓRIO E CONTAS-----

4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2021.-----

5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

6 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA.-----

CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS-----

- 8 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €19.000.000,00 – ALTERAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO. - REGULAMENTOS-----**
- 9 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. -----**
- 10 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO SÉNIOR.-----**
ENTIDADES PARTICIPADAS-----
- 11 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA A OFICINA – 2º SEMESTRE DE 2022. -----**
- 12 – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – 2º SEMESTRE DE 2022. -----**
PATRIMÓNIO -----
- 13 – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO. -----**
OBRAS PÚBLICAS -----
- 14 - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE 172 FRAÇÕES A CONSTRUIR, DESTINADAS A REALOJAMENTO HABITACIONAL NO ÂMBITO DO 1º DIREITO – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO – 1.ª FASE - ALTERAÇÃO.-----**
- 15 - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE 172 FRAÇÕES A CONSTRUIR, DESTINADAS A REALOJAMENTO HABITACIONAL NO ÂMBITO DO 1.º DIREITO – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO – 1.ª FASE – DOCUMENTO DE CABIMENTO. -----**
- 16 - REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 DE S. TORCATO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----**
EDUCAÇÃO-----
- 17 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO – DOCUMENTO DE CABIMENTO. -----**



AMBIENTE -----

18 - ADESÃO DO MUNICÍPIO À IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO MUNICÍPIO ZERO WASTE INTEGRADO NA PLATAFORMA ZERO WASTE EUROPE. -----

19 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO DE LIMPEZA URBANA - PARCERIA PARA CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS. -----
FREGUESIAS -----

20 – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO. -----

21 – CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS. -----

22 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RONFE (CONTRATO INTERADMINISTRATIVO).-----

23 – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022. -----

24 – FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.-----

25 – FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022. -----

TRÂNSITO-----

26 – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA CIDADE.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

27 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas **vinte e uma horas e vinte minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO.** --

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: **(PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Maria da Conceição da Cunha e Castro, César Manuel de Castro Machado, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque,

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, David José Gonçalves Faria, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Vasco Manuel Azevedo Marques, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins; **(PSD)** – Ana Paula Cardoso lemos Damião, Emídio Guerreiro, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite e Daniel André de Sousa Rodrigues; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito; Paulo Miguel Lima Peixoto, João Paulo Serra Salazar e Márcio Hélder Garcez Marques da Cunha Reis; **(CDU)** - José Manuel Torcato Ribeiro, Célia Maria Abreu Magalhães e João Martins da Cunha; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, Luís António de Castro da Silva Durães (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Fermentões) – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira



– PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, António José da Silva Ribeiro – PSD, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, Carlos Miguel Sampaio (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes) – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.-----

Ausências inferiores a trinta dias: -----

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Augusto Rafael Capela Duarte, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, André Guimarães Coelho Lima, Tiago Vieira Laranjeiro, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Inês Alves Rodrigues, António Gonçalves Vilela, João Manuel Gonçalves Miranda, Sérgio Alberto Castro da Rocha, Luís António da Silva Costa Abreu, José Pedro Ribeiro Salazar, António Gonçalves Vilela, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e Alexandra Santos Gonçalves Ferreira.-----

Faltaram os seguintes membros: -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Hugo Maciel Tavares de Freitas,

Susana Manuela Marques Araújo, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Manuel Fernando Alves Cardoso e João Pedro Oliveira Martins Castro. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Vereador Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Presidente da Câmara em exercício, e Vereadores Paula Cristina dos Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães que remete fotocópia do Estudo de Transporte Público em Via Dedicada em Guimarães, a requerimento do Partido Social Democrata; Do ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais remetendo, para conhecimento dos Grupos Parlamentares, informação acerca do Programa do Seminário sobre Prevenção da Corrupção; Do ofício do Partido Comunista Português remetendo, para conhecimento, cópia do requerimento a solicitar audição na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, com caráter de urgência, da Ministra da Coesão Territorial, sobre a transferência de competências para as autarquias; Do convite da Confraria do Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira para a celebração da Solenidade do Corpo de Deus, que ocorreu no dia 16 de junho; Da participação do cidadão Edgar Carneiro que solicita esclarecimentos relativos à renovação de um espaço de restauração junto ao Eucalipto da Penha – árvore classificada como arvoredado de interesse público; Do convite do Vitória Sport Clube para a Cerimónia Evocativa de um ano de falecimento de Neno, que ocorreu no dia 10 de junho; Do convite do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas para Comemoração do 82º Aniversário da Elevação a Vila, que ocorreu no dia 19 de junho; Do convite do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas para a Procissão em Honra



de São Pedro, agendada para o dia 3 de julho; Do convite da Irmandade de São Torcato para a Procissão da Romaria Grande de São Torcato, agendada para o dia 3 de julho. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, na sequência da concentração de 70 trabalhadoras das cantinas escolares junto ao edifício da Câmara Municipal de Guimarães, na luta pela contratação através de empresas de trabalho temporário e reivindicando um horário de trabalho completo e uma carga horária mínima de quatro horas, referiu que muitas destas trabalhadoras exercem as suas funções em condições precárias, laboram há mais de 20 anos consecutivos com contratos de trabalho a termo certo e recebem salários muito baixos. Referiu, também, que a empresa Uniself não cumpre o Contrato Coletivo de Trabalho, não valoriza a antiguidade e as aptidões profissionais dos seus trabalhadores e não cumpre o Caderno de Encargos do Concurso Público, lamentando que a Câmara Municipal de Guimarães não fiscalize o seu cumprimento como é seu dever. Prosseguiu, dizendo não poder ficar indiferente a esta “modalidade”, que se torna cada vez mais uma constante, denominada precariedade, onde os trabalhadores são chamados para laborar sempre que a empresa precisa e dispensados quando já não são necessários. Perante o exposto, disse que, enquanto eleitos municipais, existe a obrigação de criar os mecanismos necessários para que na contratualização externa esteja garantido o mínimo de condições para quem trabalha nestes serviços, aproveitando para denunciar que este drama também se vive nas empresas de segurança que prestam serviço na Câmara Municipal e nas cooperativas municipais. -----

Ana Paula Cardoso lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Vou pedir emprestado a Vitorino Nemésio o título de um seu romance, que considero soberbo, e que representa o que eu aqui hoje quero transmitir, “MAU TEMPO NO CANAL”. Vivemos tempos difíceis, incertos e nublados a nível global, nacional e, como é óbvio, local. Depois de uma malfadada pandemia resultante do Covid-19 seguiu-se uma monstruosa guerra causada pela invasão da Rússia à Ucrânia que ainda decorre sabe-se lá até quando. O mundo foi surpreendido por estes dois trovões e está ainda a tentar compreendê-los e torneá-los. É tudo tão difícil e incerto que às vezes dá medo, mas urge prosseguir, quietos e parados à espera que tudo se resolva por si só, trará dissabores e oportunidades perdidas. Só vence quem tiver coragem, audácia e um robusto plano de ação. Temos que ter um norte bem definido, apesar das indefinições. Temos que agir diferente quando as circunstâncias são anómalas. A acrescer à pandemia e à guerra, ou quiçá por causa delas, temos o fenómeno regressado da inflação que revela vontade de se instalar e aumentar. Parece que, na sua génese, estará o facto de os bancos centrais terem andado a injetar excesso de dinheiro no mercado e agora é preciso absorvê-lo. Não sei nada de economia nem de absorção monetária e, nos últimos tempos, tenho compulsivamente ouvido tantos especialistas na matéria a debitar perspetivas e teorias interpretativas que só baralham mais e aumentam a insegurança do devir. Face a este quadro, há uma coisa que é evidente, não podemos simplesmente ficar a assistir e a agir do modo assentado que vimos fazendo. Novas circunstâncias exigem novos modos de atuação! Quais sejam? Não faço a mais pequena ideia. Sei, contudo, que as entidades públicas têm que estar preparadas e tornar-se robustas para os trovões que aí vêm. Descendo ao nosso concelho, temos uma população com assinalável défice de competências, pouco



conhecimento, pouco valor acrescentado, pouco qualificada e ainda muito dependente do setor têxtil. Não vem mal ao mundo, é o que é. Mas este ser exige especial cuidado e preocupação e aguçada visão para o futuro. Mercê da desglobalização que parece estar a concretizar-se, corremos novamente o risco de sermos catalogados como o país da mão-de-obra mais barata no chamado mundo ocidental, o que nos voltará a trazer graves consequências e a perfilarmo-nos como quase pobres. O que se pode e deve fazer a nível local para evitar o caminho da catástrofe? É entendimento da minha bancada, o Partido Social Democrata, que, sem ter soluções concretas, tem a convicção que é hora de refletir verdadeiramente sobre o concelho para os próximos 10, 15, 20 anos. Lembrou-me e bem, o meu companheiro de bancada, Rui Armindo Freitas, que a última reflexão e orientação que tivemos ocorreu no séc. 19, concretamente em 1884 por ocasião da Exposição Industrial Têxtil de Guimarães que ocorreu no Palácio de Vila Flor e que Alberto Sampaio fez um relatório da mesma. Desde então, nunca mais tivemos um pensamento estratégico, vivendo ao sabor do momento e fomos caminhando. Quando se pensa de forma estratégica, está a pensar-se no futuro e este, é tão mais promissor, quanto mais planificado for. A comunidade tem que encontrar a estratégia que mais convém ao concelho. É preciso chamar políticos, empresários, académicos e toda a sorte de pessoas que tenham um real contributo para a sua definição, sem serem sempre os mesmos que mostram já fadiga e pouco poder de renovação. Parece-nos é que isto tem que ser feito com e pela iniciativa da Câmara porque é ela que tem os instrumentos para aglutinar pessoas e pensamentos. Vamos aproveitar esta situação atual e vamos promover a reflexão concelhia, porque os desafios são imensos e os riscos são enormes. Notoriamente já não chegam as clássicas respostas. Um cabaz aqui, um

subsídio ali. É preciso muito mais. Vamos todos juntos refletir. É uma obrigação que temos para com os nossos concidadãos. Gerir a coisa pública exige ponderação, coragem e sentido estratégico. Vamos, todos juntos, encontra-lo para um melhor amanhã. O PSD pede e, até suplica ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, que pense e reflita nesta necessidade premente, a de promover um pensamento estratégico para o Concelho de Guimarães para os próximos anos. De antemão, o PSD dirá presente.” -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, falou dos problemas que abalam o Serviço Nacional de Saúde, referindo a falta de médicos de família e o encerramento de urgências de obstetrícia, provocado pelo número reduzido de médicos pediatras e pelas elevadas listas de espera nos Hospitais. Lembrou o atraso na abertura da Unidade de Hemodinâmica do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, dizendo esperar ver o dia em que este serviço esteja em funcionamento. Considerou que estes problemas não se devem, como sugeriu a Ministra da Saúde, à pandemia provocada pela Covid-19 e muito menos relacionado com a subcarga do período de férias, como tentou explicar o Primeiro-Ministro, mas sim devido a problemas estruturais, acumulados anos a fio de ineficiências na gestão, dizendo não se perspetivar soluções de curto prazo. Deste modo, quis saber: Primeiro - se o encerramento recorrente da urgência de obstetrícia do Hospital de Braga poderá trazer uma sobrecarga ao Hospital Nossa Senhora da Oliveira, se a Câmara Municipal está a acompanhar esta situação nos serviços de saúde do Concelho e se há risco da sua deterioração; Segundo – Se a Unidade de Hemodinâmica entrará em funcionamento até ao final deste verão, como há pouco tempo foi prometido. -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, recordando as



sucessivas promessas que foram sendo feitas desde o início do processo, perguntou se o serviço de referenciação para a Unidade de Hemodinâmica do Hospital Nossa Senhora da Oliveira está finalmente concluído, conforme anunciado pelo Presidente da Câmara Municipal na sessão da Assembleia de abril. Depois, a respeito do financiamento da Plataforma das Artes e da Criatividade, disse querer saber se este Governo, do Partido Socialista, vai financiar este equipamento de maneira a dar-lhe a dignidade, que já tem, mas que podia ajudar, também, a alavancar. Prosseguindo, perguntou se o sistema de teleférico por cabo, sugerido para o contexto urbano, é uma prioridade política da Câmara Municipal para melhorar a mobilidade no Concelho. Por último, sobre a aquisição pelo Município do prédio urbano à cooperativa Taipas Turitermas, proposta que consta da ordem do dia desta sessão, disse considerar que é a instrumentalização de um organismo público, com financiamento de dinheiro de todos, para promover, quer candidaturas autárquicas, quer estatutos e estratégias de poder, acrescentando que se torna cada vez mais claro existir uma responsabilidade política, sendo esta assacada diretamente ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Um dos maiores problemas com que os pais se deparam com a chegada dos filhos, é como arranjar creche na hora de retomar o trabalho, ou em caso de desemprego, como voltar à vida ativa. A resposta existente é insuficiente, cara e na maior parte das vezes longe da área de residência. Mas este não é o único problema. Existem outros, como o facto dos cuidados e educação na primeira infância não estarem inseridos no sistema educativo, sendo esta uma recomendação do Conselho Nacional de

Educação. Outro problema é a entrega dessa resposta ao setor privado e às IPSS, e por essa via o estado paga e liberta-se da responsabilidade. Foi aprovada pelo governo uma lei que visa a gratuidade das creches, mas naturalmente, só se pode por em prática com o aumento da oferta pública. No passado dia 24 de junho, feriado municipal em Guimarães evocativo do Dia 1 de Portugal, o BE apresentou na Assembleia da República uma proposta nesse sentido. Nesta Assembleia Municipal, já assistimos o bloco defender esta proposta e perguntar ao executivo como pensava resolver esta situação aflitiva para as jovens e menos jovens famílias do conselho. Lembro que já todas as forças políticas de oposição trouxeram aqui essa preocupação, embora me questione sobre a sua motivação de fundo. Se ela é no sentido de identificar a incapacidade pública na resposta, para depois propor resposta privada? Percebo. Se a motivação for no sentido que o bloco defende, instando o Estado Central e o poder local para a tomada de medidas que resolvam o problema, então não se percebe a discrepância de posição, dependendo dos fóruns. É que na assembleia da república o PS e a IL votaram contra, o PSD e o CH obtiveram-se. Quero também falar sobre a greve das trabalhadoras das cantinas escolares no passado dia 14 de junho. Falo trabalhadoras porque são na sua esmagadora maioria mulheres. Estas pessoas prestam serviço nas escolas do município há vários anos. Fazem-no ao abrigo do recurso do executivo à externalização do serviço. Fazem-no há vários anos numa situação de precariedade laboral, falta de condições de trabalho, sobrecarga de trabalho e incerteza, muita incerteza. Estas pessoas estão sujeitas a intermitência, contratadas em setembro, despedidas em julho ou agosto e contratadas novamente no início do ano letivo seguinte. Desta forma a empresa para a qual trabalham, desobriga-se do pagamento do subsídio de férias, do salário e de todas as obrigações legais, se não recorresse a mais suja amarra sobre estas trabalhadoras, a necessidade. Esta



empresa é a escolhida pelo município há vários anos. O BE já várias vezes colocou questões relacionadas com a precaridade laboral no município, resultado da externalização de serviços que são necessidades permanentes, principalmente em áreas em que o município tem responsabilidade, como é o caso. Novamente, pergunto ao executivo se pondera alterar esta situação ou vai olhar para o lado. Pergunto também, Senhor Presidente, e uma vez que a Câmara foi clara e diretamente visada por estas trabalhadoras, se sabia das queixas relacionadas com o incumprimento dos cadernos de encargo e se perante essa situação considera, por um lado, que isso se reflete na qualidade do serviço prestado, e por outro, se isso se reflete na responsabilidade que o município tem de fazer cumprir as condições contratuais? Não queria terminar sem trazer aqui, uma preocupação que deve ser de todas e todos. A recente alteração à lei de proteção no aborto nos EUA, representa um retrocesso social e humano. Esta decisão é inaceitável e incompreensível num país que se arroga baluarte da defesa dos direitos humanos e dos valores que a democracia encerra. Não podemos ficar indiferentes ao retrocesso que isso significa, retirando da esfera estritamente pessoal, a decisão de cada mulher sobre quando deve ou não ter um filho, qualquer que seja o contexto em que tenha sido gerado. Esta é uma decisão contrária à vontade da maioria da população, tomada por juizes conservadores, que levantam sérias questões não só nos EUA, mas também quanto aos ataques a que qualquer democracia está sujeita. Também recentemente, no Brasil, este assunto mereceu atenção redobrada e fez soar bem alto os perigos do conservadorismo, em que, uma juíza, tudo fez para impedir a decisão de uma criança com 10 anos, vítima de violação, em abortar. Os nossos direitos são frágeis e não estão garantidos pelo que não devemos baixar a guarda. O direito ao aborto seguro, garante isso

mesmo, segurança no procedimento e é um direito de cada mulher.” -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar Municipal do CH, começou por relembrar a necessidade de construir uma Unidade de Saúde Familiar na Penha, para auxiliar a população que reside nessa área do Concelho e de requalificar a EB1 de Abação, para evitar que os alunos não se tenham de deslocar para outras freguesias. Depois, anunciou ter-lhe chegado algumas queixas sobre as obras que estão a decorrer no Cemitério de Urgez, aproveitando para interrogar o que irá acontecer ao arvoredo que lhe é contíguo, classificado como área protegida e adquirido por um investidor. A respeito da Feira Afonsina, que aparentemente foi um sucesso, lamentou que, numa altura de retorno económico, se tenha deixado de lado dezenas de comerciantes do Centro Histórico, investindo nas mesmas zonas e, por conseguinte, beneficiando os mesmos comerciantes de sempre, reiterando não ser contra o apoio e o investimento, mas contra tudo o que possa ser discriminação. Por último, a propósito do terreno que foi cedido à GUIMAGYM – Clube de Ginástica de Guimarães, no valor de 1 milhão de euros, disse esperar que o Município de Guimarães não tenha que intervir devido à má gestão do clube, como acontece noutras cooperativas e empresas municipais. Neste sentido, referiu a importância de ser feita uma revisão às ocorrências desportivas de modo a que os valores atribuídos possam ser equivalentes, porque todos os clubes de desporto merecem ser apoiados. Concluiu, apelando à coerência e à gestão uniforme. -----

Pedro Manuel Silva Mendes, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A salvaguarda e a promoção da cultura são fins em si mesmas e, ao mesmo tempo, contribuem de forma direta para muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Cidades seguras e sustentáveis, trabalho decente e crescimento económico, redução das desigualdades, meio



ambiente, promoção da igualdade de género, e sociedades pacíficas e inclusivas. Os benefícios indiretos da cultura resultam de implementações culturalmente conscientes e efetivas dos objetivos de desenvolvimento." Caras e caros deputados, estas palavras que acabo de pronunciar não são minhas, são de Jyoti Hosagrahar, Diretora do Centro para o Património Mundial da Unesco num texto sobre o lugar da cultura no coração dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Mas, caras e caros deputados, estas palavras poderiam muito bem ser palavras escritas para descrever aquilo que tem sido a política desenvolvida pelo Partido Socialista em Guimarães. O Partido Socialista propôs-se a trilhar novos caminhos para Guimarães com base em 3 pilares essenciais, a ciência, a cultura e a educação, e é isso que está a fazer. Esta visão de futuro que o Partido Socialista apresentou, tem ganho corpo sob as mais variadas formas. Podia, como bem sabemos, passar aqui largos minutos a discorrer sobre um sem fim de exemplos da atuação do município que suportam o cumprimento daquilo que prometemos aos eleitores, do Teatro Jordão e Garagem Avenida, onde foi instalada a Escola de Artes Performativas e Artes Visuais da Universidade do Minho e o Conservatório de Música de Guimarães, do Instituto Cidade de Guimarães que será a sede do maior centro de investigação em medicina regenerativa da Europa, do supercomputador verde Deucalion, da Academia de Transformação Digital... Enfim. Entre tantos outros. Mas, caras e caros deputados, vou aqui centrar-me em dois dos projetos mais representativos daquilo que é a visão para o futuro do município: a Capital Verde Europeia e a escolha de Guimarães para participar na "Missão Cidades" da União Europeia. No que à Capital Verde Europeia diz respeito, importa sublinhar que este título, ao qual o Município já se candidatou em 2020, não é um título que buscamos para nos

tornarmos num município verde e com vocação ecológica, mas antes um título que se enquadra na perfeição naquilo que são a visão e a política do município desde há muito tempo, num município que apostou na requalificação dos seus espaços verdes e dos seus cursos de água, num município que apostou na criação das ecovias enquanto fator central desse reabilitação, por forma a transportar o cidadão para próximo desses recursos naturais, num município que promove as boas práticas ambientais no seu dia a dia, desde a recolha de resíduos até à requalificação energética dos seus edifícios. Guimarães é isto, é um município verde, que valoriza a natureza e a biodiversidade, e esta candidatura só servirá para reforçar esta vocação. No que à Missão Cidades diz respeito, importa referir que em Portugal, além de Guimarães, foram apenas selecionadas as duas maiores cidades do país, Porto e Lisboa, e que Guimarães, de entre milhares de cidades europeias, foi uma das 100 cidades selecionadas, sublinhando aquilo que anteriormente aqui vos referi, de que a questão da sustentabilidade ambiental é uma questão intrínseca ao nosso município. Guimarães estará na companhia de cidades como Madrid, Barcelona, Dublin, Lyon, Paris, Munique, Milão, Dublin, Bruxelas, Amsterdão ou Estocolmo. É caso para dizer, caras e caros deputados, que Guimarães anda com boas companhias. Esta missão, que abrangerá os anos de 2022 e 2023, com vista a 2030, receberá da União Europeia, na globalidade, um financiamento de 360 Milhões de Euros para iniciar os caminhos da inovação para a neutralidade climática, fundos estes que as cidades deverão aplicar em soluções de mobilidade limpa, eficiência energética e planeamento urbano verde, oferecendo ainda a possibilidade de construir iniciativas conjuntas e de intensificar as colaborações em sinergia com outros programas da União Europeia. Esta é uma excelente oportunidade para elevar qualquer cidade a um novo patamar de excelência no que ao desenvolvimento sustentável diz



respeito e, mais uma vez, Guimarães não faltou à chamada. Daqui, saúdo o magnífico trabalho que o município tem desenvolvido nestes campos, mas, mais do que isso, desafio, o executivo em particular, mas todos nós enquanto cidadãos, a aproveitar estas oportunidades para continuar a transformar Guimarães num município próspero, de conhecimento, cultura, ciência e tecnologia, sempre em perfeita harmonia com o seu território e com os seus recursos. Bem sabemos que ao longo dos anos nos têm acusado de sermos sonhadores e irrealistas. Sonhadores, sempre, irrealistas não, até porque a realidade de Guimarães está à vista de todos. Mas, caras e caros deputados, esta não é uma realidade acabada, é uma realidade em constante construção e evolução, para a qual contamos com todos, dos agentes políticos aos cidadãos, não esquecendo os nossos fervilhantes tecidos associativo e empresarial. Termino dizendo que é esta simbiose entre os eixos da cultura, da educação e da ciência, em conjunto com todos os agentes da comunidade, que vai permitir a Guimarães ser um concelho não só desenvolvido como inclusivo, onde a economia prospera, mas prosperam também os seus cidadãos, onde temos o prazer de criar os nossos filhos, e onde lhes podemos oferecer todas as oportunidades para serem cidadãos inteiros, cultos, saudáveis e felizes e para, também eles, ajudarem amanhã a continuar Guimarães.” -----

Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Seguramente um Estado justifica-se pelas suas intervenções de soberania e proteção dos seus cidadãos. Soberania que hoje é cada vez mais partilhada por compromissos internacionais e pela proteção aos cidadãos, em que a Saúde e Educação se afirmam como eixos estruturantes. Pretendemos construir uma sociedade de conhecimento,

baseada na possibilidade de ter mais e melhor educação, necessariamente, saudável, com a oportunidade de ter acesso a cuidados de saúde, de qualidade e forma atempada. Não temos nenhum dogma sobre a participação de privados, ou mesmo da área social, na educação ou na saúde e, como tal, somos coerentes entre o discurso político e a nossa prática (ou responsabilidade) pessoal, mesmo que este percurso pessoal e familiar tenha sido feito no sistema de ensino público. Assim, maior legitimidade acresce, quando consideramos necessários serviços públicos que sejam garantes dos direitos de todos os cidadãos (sejam aqueles que acreditam e os que menos acreditam nestes). E aqui o Estado, e obviamente quem o governa, não está decididamente a cumprir esta função fundamental de uma sociedade que se pretende democrática e de igual acesso a todos os cidadãos. E nomeadamente na Saúde, quando segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, em maio último, 1,3 milhões de utentes não tinham médico de família. Desde junho de 2021 que o país ultrapassou a barreira de um milhão de pessoas sem acesso a médico de família, um número que o Primeiro-Ministro tinha prometido igualar a zero no início do seu primeiro mandato. À data, no final de 2015, o número de utentes sem médico de família representava 10,3% do total de utentes inscritos nessa altura, em comparação com cerca de 11,8% do total de utentes inscritos, em março deste ano. Há agora mais 230.234 utentes sem médico de família. Vamos pressupor, por absurdo (seguindo aliás o absurdo de algumas declarações de responsáveis da nossa Saúde), que o 1,3 milhão de portugueses sem médico de família o fez por opção própria. Mesmo assim, o acesso à Saúde é manifestamente indigno quando, novamente segundo dados oficiais, os cidadãos do interior são os mais esquecidos, como se exemplifica com uma espera média superior a mil dias (cerca de 3 anos), em Dermatologia no Hospital de Seia (1391 dias) e Oftalmologia no Hospital da Guarda (1074,



sendo o tempo de espera em Seia, de 999 dias e de Portimão 1059 dias). Outros exemplos poderiam ser referidos como em Chaves (717 dias por uma consulta de endocrinologia e mais de 700 por Pneumologia), Vila Real (788 dias por uma consulta de Urologia), Portimão (700 dias por consultas de Pneumologia) e mesmo Almada (442 dias por uma consulta de Ortopedia). Numa muito breve análise da lista oficial de espera do nosso Hospital Nossa Senhora da Oliveira, observamos que se torna necessário aguardar 117 dias para uma consulta de Anestesiologia, 219 dias (7 meses), para Cardiologia, 79 dias para Cirurgia, 161 dias para Ginecologia, 173 dias para Fisiatria, 26 para Obstetrícia, 151 dias para Oftalmologia, 166 para Ortopedia, 113 dias em Psiquiatria e 145 dias em Urologia. De notar que muitas outras especialidades não se encontram no Hospital Senhora de Oliveira, levando os utentes a procurar outros Hospitais, com um tempo considerável de espera. E não nos debateremos hoje sobre a contínua prometida abertura (particularmente em campanhas eleitorais) da Unidade Intensiva Cardiovascular, a célebre Unidade de Hematologia. Será este um Serviço Nacional de Saúde robusto, de qualidade e para todos? Ora, tem-se insistido com um SNS tendencialmente gratuito, de forma a dar acesso aos que menos condições têm e com políticas públicas de eliminação de quase todas as taxas moderadoras. Mas, segundo recentes dados, as despesas de saúde têm cada vez mais um peso muito grande ou grande no orçamento familiar, em particular nos maiores de 65 anos e nos mais desfavorecidos. Ou seja, nem para minorar e proteger os mais desfavorecidos, o Serviço Nacional de Saúde tem cumprido o seu papel, estimulando-os a recorrer a serviços privados. A crise presente das Urgências de Obstetrícia e Ginecologia é, infelizmente, mais um exemplo que teve especial repercussão pela morte de um bebé. Este um sinal de um problema é profundamente estrutural, que

implica uma reforma profunda que não se compadece de dogmas ideológicos ou momentos de espírito que eliminam serviços eficientes em parceria para os colocar apenas no público, em longos tempos de espera, suspensão de serviços e redução de qualidade. Enquanto temos menos utentes com médico de família, temos um maior número de profissionais de saúde por 100.000 habitantes (médicos, com um acréscimo de 20% desde 2015, enfermeiros, dentistas ou farmacêuticos). Ainda, a despesa com o SNS cresceu desde 2015 mais de 30% na despesa total (de 9m Milhões de Euros para cerca de 12,4 mil milhões de euros, o valor mais elevado desde sempre, representando 5,9% do Produto Interno Bruto de Portugal e 12,2% da despesa pública total), acompanhando percentualmente a despesa com pessoal que totaliza mais de 5 m Milhões de Euros). Sejamos claros, em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) entrou em colapso, com repetidas violações do Direito Constitucional. O acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde não é eficaz e a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Paliativos está longe de ter uma cobertura adequada às necessidades. Fácil é agora criar comissões, paliativos ou decretos de proibição de adoecer. Proibir croissants nas escolas elimina a obesidade e os diabetes, o bacalhau à Brás as tox infeções e provavelmente alguma medida será proposta para impedir nascimentos durante os meses de Verão. O imaginário sem limites, a ausência de estratégia e o desrespeito pelo cidadão comum, o mais desfavorecido e afastado das grandes urbes, obriga a que se termine esta má gestão financeira e de recursos humanos, que nada de positivo trás a Portugal e aos portugueses. Defendemos a definição de respostas fortes, integradas, eficazes e capazes de proteger as pessoas. Acreditamos num Sistema de Saúde centrado no cidadão e não no hospital ou no prestador de cuidados, razão pela qual o Serviço Nacional de Saúde (SNS), sendo um instrumento precioso e insubstituível para garantir o



acesso, a equidade e a solidariedade social na saúde, pode e deve ser complementado pelos sectores privado e social, a bem, sobretudo das classes sociais mais desfavorecidas que não tendo outra opção, tantas vezes ficam reféns de um SNS labiríntico à beira do colapso, estrangulado e demorado. É preciso organização, liderança, responsabilização, inovação tecnológica. É preciso estratégia, dimensão política, capacidade de ouvir e respeitar. É preciso capacidade de repensar e reformar, um ímpeto reformador de quem dirige mais do que a Saúde, o País. Porque Portugal e os portugueses merecem mais, muito mais.”-----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, começou por dizer que respeita os idosos por serem o repositório da nossa história coletiva e, apesar de ter quarenta anos, não precisa de recuar a 1974 para perceber o caminho de desenvolvimento e de progresso que Portugal, em conjunto, trilhou nos últimos sete anos, nos mais diversos domínios, fazendo a rotura com aquilo que foi um período negro da nossa história. Disse, também, que hoje se sente feliz porque, quer nesta Assembleia, quer no Parlamento, um dos principais partidos com responsabilidades na construção do nosso país, o Partido Social Democrata, ter reconhecido a importância de continuar a combater o défice de qualificações da nossa sociedade, ter reconhecido que o modelo de desenvolvimento do país não pode passar pela defesa de uma política e de uma economia de baixos salários e, sobretudo, por ter reconhecido que é preciso fazer o que o Partido Socialista vem fazendo de 2015 a 2021. Recordou que neste período temporal Portugal viveu duas grandes “guerras mundiais”, a pandemia provocada pela Covid-19, que obrigou a que todos os recursos de saúde fossem orientados para a emergência e que fez com que, coletivamente, a sociedade se solidarizasse e reconhecesse o papel do

Serviço Nacional de Saúde e, mais recentemente, a invasão da Ucrânia pela Rússia e suas consequências no plano internacional. Continuou, dizendo que o Partido Socialista trouxe para o país, em 2015, uma visão progressista, assente no conhecimento, na educação e na cultura, e que fez convergir o país do ponto de vista daquilo que é a agenda de desenvolvimento sustentável. Neste âmbito, reiterou que esta é a visão que o Partido Socialista tem para Guimarães há largos anos e que os vimaranenses reconhecem, confiando nas suas propostas e nos programas que vai apresentando. Defendeu que Guimarães não vive fechado sobre si mesmo, sendo exemplo disso a criação do Conselho Consultivo, que está em funções, que reúne periodicamente e que permite que o desígnio de Guimarães esteja aberto à comunidade. Considerou evidente que, ao longo dos últimos sete anos, o Governo do Partido Socialista colocou a saúde no centro da sua agenda, conseguindo recuperar indicadores orçamentais e investimento para a saúde e para prestação de cuidados, lembrando a contratação de 30.000 novos profissionais de saúde, o alargamento das consultas nos cuidados primários e o aumento das consultas concretizadas nos cuidados hospitalares. Acrescentou que dizer que o Serviço Nacional de Saúde entrou em rotura, revela desconhecimento daquilo que é o trabalho que todos os profissionais têm feito para sustentar o serviço e, sobretudo, uma irresponsabilidade, porque mina a confiança dos portugueses no Serviço Nacional de Saúde, serviço que continua hoje, na grande generalidade dos casos, a responder às necessidades dos cidadãos. Ainda neste âmbito, a propósito do encerramento de algumas urgências de obstetrícia, referiu que o Serviço Nacional de Saúde, através do serviço em rede, continuou a dar resposta às mulheres que necessitavam de cuidados. Prosseguiu, anunciando ter confiança nos serviços de saúde que são prestados em Guimarães e lembrando alguns dos investimentos feitos pelo Governo, como



é o caso da criação da Unidade de AVC do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, as obras de requalificação do seu Serviço de Urgência, a construção da Unidade de Saúde Familiar em Moreira de Cónegos e a Unidade de Hemodinâmica que, até final do verão, entrará em funcionamento e que constituirá uma grande alavanca para o desenvolvimento e para a prestação de cuidados de saúde em Guimarães. Concluiu, dizendo que o Partido Socialista continuará a defender os profissionais de saúde e o modelo do Serviço Nacional de Saúde, embora reconhecendo que ainda há muito trabalho a fazer. -----

O Vereador **Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, relativamente às questões suscitadas sobre os trabalhadores das cantinas escolares e empresas de segurança, informou que o Município de Guimarães, em sede de caderno de encargos, salvaguarda todos os direitos dos trabalhadores que são subcontratados por essas empresas e verifica o seu cumprimento ao longo do prazo definido para a prestação do serviço, estando no terreno, conhecendo a forma como está a ser cumprido em cada uma das escolas ou locais onde estão as empresas de segurança, garantindo, assim, que essas questões são salvaguardadas. Contudo, explicou que o Município de Guimarães não pode ir além daquilo que são as suas competências, não se podendo assacar-lhe aquilo que são competências, ora da Uniself, ora dos mecanismos que estão disponíveis para contestar determinado tipo de situações. Contrariando as palavras de Ana Paula Cardoso Lemos Damião, disse que o Município de Guimarães tem aquilo que é a capacidade de ouvir e auscultar, dando alguns exemplos, como é o caso da criação do Conselho Consultivo, o Plano Diretor Municipal, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano Municipal da Juventude. Acrescentou que, atentando à excelente intervenção de Pedro Manuel Silva Mendes, ficou muito claro

qual é a ideia de desenvolvimento do território do Município de Guimarães, que tem vindo a ser seguida, explicada durante o período eleitoral e sufragada pelos vimaranenses. Sobre o Serviço Nacional de Saúde, remeteu a sua resposta para a parte final da intervenção de Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, referindo, ainda assim, que as críticas permanentes que fazem são, verdadeiramente, um dogma ideológico que é colocado por muitos dos partidos políticos que querem, efetivamente, descredibilizar o Serviço Nacional de Saúde perante todos os portugueses, para depois, e aí sim, encontrar respostas onde gostariam que estivesse, mas que esta não é a visão do Partido Socialista. Acrescentou que se esses partidos políticos tivessem conhecimento do que são as classificações do nosso Serviço Nacional de Saúde, à escala mundial, perceberiam que Portugal tem um dos melhores serviços de saúde públicos do mundo. Acrescentou, também, que o Hospital Nossa Senhora da Oliveira é o terceiro Hospital do país com classificação de Bom e com certificação do Ministério da Saúde, que atesta a qualidade dos serviços que presta. Manifestou a preocupação do Executivo Municipal quanto ao encerramento temporário dos serviços de obstetrícia, que estava a acompanhar, recordando que já em 2014, aquando da publicação da Portaria 82/2014, que estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, o seu posicionamento da rede hospitalar e a sua classificação, o Partido Socialista esteve na linha da frente para que esta Portaria fosse revogada, de modo a não perder o serviço de urgência de obstetrícia para o Hospital de Braga. Confirmou que a abertura da Unidade de Hemodinâmica está avalizada, aguardando-se a sua entrada em funcionamento para breve. No que concerne ao financiamento da Plataforma das Artes e da Criatividade, disse ter ficado satisfeito por ver,



definitivamente, o Partido Social Democrata ao lado desta preocupação, ao contrário do que aconteceu há alguns anos atrás, na altura do Governo do Partido Social Democrata, que considerava que pedir financiamento para Guimarães, equiparado às outras duas capitais europeias da cultura, era “bairrismo bacoco”. Ainda sobre este tema, anunciou ter reunido no mês passado com o Diretor Geral das Artes, onde foi abordado, entre outros assuntos, o financiamento da Plataforma das Artes e da Criatividade, afirmando que o Partido Socialista continua a defender que este equipamento tenha um tratamento compatível com aquele que é concedido aos equipamentos situados em Lisboa e Porto, cidades que antecederam Guimarães como Capitais Europeias da Cultura em Portugal. Prosseguiu, dizendo estar de acordo que a alteração à Lei do Aborto nos Estados Unidos da América é um retrocesso civilizacional, na qual o Partido Socialista não se revê. Concluiu, respondendo às questões levantadas por André Filipe Mendes Castro Almeida, nomeadamente, sobre a instalação da Unidade de Saúde Familiar na Penha, o sucesso da Feira Afonsina e a cedência de terreno à Associação GUIMAGYM.-----

O Vereador **Paulo Rui Lopes Pereira da Silva** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, André Filipe Mendes Castro Almeida, Emídio Guerreiro, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos e Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares. -----

----- **PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO** -----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

INFORMAÇÃO PARA CONHECIMENTO -----

1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS MODIFICATIVAS. Submete-se à Assembleia

Municipal, para conhecimento, a seguinte informação: Considerando que: Nos termos do Decreto-lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro e da deliberação de Câmara de 24 de fevereiro de 2022, a descentralização de competências na área da ação social, só ocorrerá em janeiro de 2023 e que no orçamento foi considerada a receita e a despesa respectiva; Foram aprovadas as candidaturas dos projetos “RURBAN LINK” e “Renaturalização dos Corredores Verdes dos Rios Ave, Selho e Vizela”, cuja despesa e receita só pode ser inscrita no orçamento após aprovação; A partir do dia 1 de abril de 2022 foram assumidas pelo Município novas competências no âmbito da Educação, e que no orçamento não estavam inscritas as despesas e receitas respectivas; Que todas as receitas a inscrever/anular são de natureza – receitas consignadas. Foram feitas alterações orçamentais modificativas conforme documentos em anexo. Assim, devem ser submetidas à Câmara Municipal para posterior conhecimento à Assembleia Municipal as alterações orçamentais modificativas que se anexam (doc.1). A proposta, que aqui se dá por reproduzida, foi levada ao conhecimento do Órgão Executivo em sua reunião do passado dia vinte de junho, arquivando-se em pasta anexa ao livro de atas junto com o referido documento 1.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----
A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----



Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: César Manuel de Castro Machado, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Maria José Teixeira Martins, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Daniel André de Sousa Rodrigues, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, João Paulo Serra Salazar, Mário Hélder Garcez Marques da Cunha Reis, João Martins da Cunha, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Maria Adelaide Andrade Silva, António José da Silva Ribeiro, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Serafim Lopes Fernandes, Carlos Miguel Sampaio e Luís António de Castro da Silva Durães. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia três de maio de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: César Manuel de Castro Machado, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Maria José Teixeira Martins, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Daniel André de Sousa Rodrigues, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, João Paulo Serra Salazar, Mário Hélder Garcez Marques da Cunha Reis, José Manuel Torcato Ribeiro, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Manuel da Costa Teixeira, Maria Adelaide

Andrade Silva, José Augusto da Costa Araújo, David Patrício Lopes Araújo, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Carlos Alberto Peixoto de Sousa, Carlos Miguel Sampaio e Luís António de Castro da Silva Durães. -----

RELATÓRIO E CONTAS-----

4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2021. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Consolidação de Contas 2021”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a Certificação Legal das Contas o Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas Consolidadas, apreciados pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, documentos que aqui se dão por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “As contas consolidadas do grupo Câmara Municipal de Guimarães, relativas ao ano de 2021, que nos cumpre analisar e votar, merece da parte da CDU muitas reservas. Da leitura das contas – e da sua evolução de 2020 para 2021 – e da leitura do parecer que as acompanham, é lícito inferir que, como os técnicos responsáveis não se cansam de dizer, as regras e as normas foram observadas em todos os sentidos, nem outra coisa era de esperar de técnicos reputados. Essa a primeira constatação que a CDU quer relevar. Outra é a de que as contas gerais do grupo refletem sem margem para



reparo a realidade económica e financeira do sector empresarial municipal em 2021. O grupo continua a gerar excedentes, continua a apresentar resultados positivos, o que nos apraz registar. De 2020 para 2021 houve uma evolução positiva na estrutura de rendimentos, evolução positiva nas suas principais rubricas, da prestação de serviços aos impostos e às transferências. Uma evolução positiva dos rendimentos ligeiramente superior a 11%. A estrutura do Ativo não sofreu alterações, revelando relativa estabilidade, enquanto o Passivo registou um agravamento de 4%. Por consequência destas movimentações de sentido contrário do Passivo e da estabilidade do Ativo, a conta de resultados operacionais sofreu uma evolução negativa superior a dois milhões de euros. Resultado negativo que degrada o resultado acumulado, o capital social do grupo, embora este continue positivo. A partir do quadro do Património Líquido deixa de haver qualquer referência, qualquer explicação, qualquer crítica ou chamada de atenção sobre o resultado líquido negativo, o que é, no mínimo, espantoso. Sabemos - as contas o dizem - que mais de dois milhões de euros negativos ensombram as contas do Grupo, mas os auditores, que se aprimoram em demonstrar que formalmente a consolidação das contas não tem nada que se lhe aponte, não consideram útil ou no mínimo ajuizado, uma palavra, uma opinião abalizada sobre um buraco financeiro, a sua origem e como o ultrapassar. Neste pequeno grande pormenor financeiro divergimos do relatório das contas consolidadas. Perante o exposto, aguardamos explicação clara sobre esta matéria.” -----

O Vereador **Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, referiu que, embora tenha havido uma redução do resultado líquido em relação aos anos anteriores, o resultado final das Contas Consolidadas continua a ser positivo, o que significa uma boa gestão da parte do Município de Guimarães e das

empresas do perímetro municipal. -----

O **Vereador Paulo Rui Lopes Pereira da Silva** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** o ponto 4, por maioria, com **87 votos a favor** (23 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 13 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta de Freguesia do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta de Freguesia do CDS-PP, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE) e **4 abstenções** (3 eleitos da CDU e 1 eleito da IL). -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

6 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a proposta designada por “Alteração Orçamental Modificativa”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião de dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de abril e trinta e um de maio, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Fazendo uma breve análise aos principais indicadores dos Censos de 2021, que já têm dados definitivos e, portanto, sem qualquer tipo de especulação, verifica-se o seguinte: Entre 2011 e 2021, Guimarães perdeu 1.275 pessoas, ou seja, 0,8 % da sua população residente; A densidade populacional em



Guimarães desceu de 656 para 650 indivíduos por metro quadrado, correspondendo a um decréscimo dos mesmos 0,8%; A população jovem (jovens com menos de 15 anos) desceu de 15,6 para 12,5% correspondendo a um decréscimo de quase 20%, o que significa grandes perdas de natalidade; A população em idade ativa, isto é, com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, desceu de 70,7 para 67,5%, correspondendo a um decréscimo de 4,5%; Em contrapartida, a percentagem de idosos subiu de 13,6 para 20,0% correspondendo a uma variação de 47%; O índice de envelhecimento que mede o nº de idosos por cada 100 jovens subiu de 87,3 para 159,9%, correspondendo a mais de 83%; E por fim, para não ser maçador, o indicador de indivíduos em idade ativa por idoso desceu de 5,2 para 3,4%, o que corresponde a um decréscimo de 34,6%. Apenas quero acrescentar que são dados oficiais, finais e atualizados, pois foram consultados hoje, 28 de junho, no *site* da Pordata. Recorro a estes dados para chamar a atenção da realidade nua e crua acerca do estado da arte em Guimarães. É que quem vê e quem ouve os discursos oficiais e não conhece a realidade, até acredita que é bom viver em Guimarães. E a realidade é que os números desmentem isso mesmo e a população foge de Guimarães. E porquê confrontar estes dados com o ponto em discussão, que é sobre o relatório de atividade da Câmara? Muito simples... Todos sabemos que uma das formas de fixar pessoas passa por disponibilizar um tecido económico forte, capaz de gerar riqueza, e de disponibilizar bem-estar aos seus trabalhadores que por sua vez se domiciliarão nesta cidade. Olhando para o referido relatório, V. Exas. sabem, e/ou viram quantas vezes o desenvolvimento económico foi referenciado neste relatório? Pois eu respondo... nenhuma; zero! Como é que podemos querer uma História feita de Futuro, como o Senhor Presidente proclama, se não olhamos para o

presente e se não delineamos uma estratégia estruturada que nos leve a fixar empresas e investimento em Guimarães? Outro aspeto que gostaria de abordar nesta intervenção prende-se com a questão do Turismo. Os números vertidos no relatório, demonstram-nos que o período Pascal assinala uma recuperação e uma aproximação relativamente aos valores pré-pandémicos, o que, naturalmente, se saúda, contudo, verifica-se que a taxa de retenção em Guimarães (77,7 segundo dados da divisão do Turismo da CMG), ou seja, que as dormidas em Guimarães ainda ficam muito aquém do desejável o que, merece uma atenção cuidada por parte do município. Guimarães definitivamente tem que querer ser História de Futuro, como diz, e bem, o Sr. Presidente do executivo, e dar o salto para reter turistas, deixando de ser o entreposto a caminho do Porto ou de Braga. Termino, com uma inquietação que este relatório nos deixa ainda relativamente à área do Turismo. Sabemos do anúncio público da criação de um Plano Estratégico Municipal de Cultura em Guimarães que, segundo o referido relatório, será para produzir efeitos a partir de 2032. Ora, toda a gente sabe a minha posição favorável acerca de estudos que suportem as decisões de gestão. Contudo, o ano de 2032, ainda fica a 10 anos de distância e o Turismo de Guimarães não se pode dar ao luxo de ficar à espera dum plano estratégico durante tanto tempo, ainda mais, depois de saídos dum processo tão complicado como está a ser o da pandemia, e, de uma oportunidade única que está evidente e que se relaciona com a preferência pelo destino turístico que é Portugal, no seguimento da guerra instalada na europa. Pelo que, a estas medidas estruturais é necessário acompanhar com medidas a mais curto prazo e que tenham efeitos no imediato. Por exemplo, acerca disso, gostaríamos de perceber porque é que uma festa icónica de Guimarães que é a noite branca não se vai realizar e vai ser substituída por um “sunset”? No CDS entendemos que deveríamos ir mais além em



questões de turismo, mas em contrapartida, vamos andando para trás eliminando aquilo que de bem íamos fazendo!” -----

André Filipe de Castro e Sousa Casalta, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voa alta, o texto que a seguir se transcreve: “Vivemos dias de grande incerteza. A crise oriunda de leste tem provocado um aumento significativo da inflação, e um aumento exponencial do custo da matéria-prima. Inevitavelmente o setor da habitação será fortemente afetado por esta crise. Se o preço médio de construção por metro quadrado já era elevado, facilmente se prevê uma tendência para um ainda maior aumento desse valor. Se a esta realidade associarmos a atual subida da taxa Euribor, está aqui encontrada a receita do cocktail perfeito para uma nova crise no setor imobiliário. É por esse motivo que as políticas públicas de habitação serão um tema central e um verdadeiro desafio para os próximos tempos. Se por um lado o programa em curso do 1º Direito dá resposta aos casos de habitação indigna identificados na Estratégia Local de Habitação, por outro é necessária uma estratégia clara e objetiva que contrarie a aparente bolha imobiliária no mercado de habitação vimezanense. É necessário dar uma resposta concreta de apoio aos jovens e à classe média, para que lhes seja permitido ter acesso a habitação de qualidade, através da criação de mecanismos que promovam soluções sustentáveis de habitação a “custo justo” no nosso Concelho. Já aqui o PSD Guimarães lembrou no início deste mandato um prometido regulamento para atribuição de benefícios fiscais para quem aposte num modelo de construção a custos controlados, com o objetivo final de promover o arrendamento acessível e com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência. Este poderá ser um mecanismo fulcral na resolução da problemática da habitação, pois poderá proporcionar um aumento da oferta

global de habitação e ao mesmo tempo criar condições para a prática de rendas a custos acessíveis. Tendo em conta a urgência desta matéria, qual o ponto de situação deste regulamento? Para quando a sua divulgação? Importa também não esquecer os mecanismos associados às Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana. O Município de Guimarães tem vindo a delinear Áreas de Reabilitação Urbanas pelo concelho, 15 no total, através das quais passa a haver acesso a alguns benefícios fiscais em obras de reabilitação realizadas dentro dessas áreas. Já aqui discutimos a necessidade da criação de um plano pormenor e de uma Operação de Reabilitação Urbana para cada uma dessas ARU's. A criação da ORU permitirá abrir portas aos privados a financiamento com condições mais vantajosas do que as existentes no mercado, para investimento em reabilitação tendente a incorporar o mercado imobiliário – arrendamento ou não - e permitirá também que o município concorra a fundos europeus para realização de obras infraestruturais nestas áreas. O executivo, através da Sr.ª Vereadora Adelina Pinto, já assumiu aqui uma vontade de mudar a estratégia do município no que diz respeito às ORU's, que até ao momento não tem sido aposta da Câmara Municipal de Guimarães. Contudo, desde então o Município de Guimarães não deliberou sobre mais nenhuma ORU, mantendo-se apenas em vigor as referentes a Ponte, Taipas, Pevidém e Cidade. Sabendo que uma ARU caduca ao fim de 3 anos caso não seja aprovada a ORU correspondente, qual o ponto de situação das restantes uma vez que foram criadas em 2020? O Município de Guimarães tem de ser capaz de oferecer uma resposta musculada e célere na definição da estratégia territorial, na criação de regulamentos para atribuição de benefícios fiscais e tem de apostar em todos os mecanismos disponíveis para o efeito. O PSD Guimarães está perfeitamente consciente da complexidade destes processos e das burocracias associadas. Estranhámos, assim, que



divisões fundamentais na resolução desta problemática, tais como a Divisão de Planeamento Urbanístico e a Divisão de Habitação, permaneçam sem chefia. Senhor Presidente em exercício, qual o motivo desta opção política, sendo este um tema que afeta um elevado número da população vimaranense?” -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, começou por transmitir que a sua intervenção focar-se-ia sobre determinadas áreas setoriais que destacam algumas políticas desenvolvidas ao longo do período em análise. Assim, no que concerne ao desporto, referiu que Guimarães foi palco, nos dias 16, 17 e 18 de junho, do Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica, que contou com a participação de cerca de 260 atletas de 32 países, competindo entre si, por títulos internacionais e cuja cerimónia de encerramento juntou mais de 800 crianças no Estádio D. Afonso Henriques, tendo uma componente de homenagem a “Neno” e uma componente educativa, de incentivo à prática do desporto. Mencionou, também, que o Município de Guimarães marcou presença no Congresso Internacional de Tafisa, que decorreu na Eslovénia, apresentando o Projeto “A.Linho”, um projeto piloto que tem como base a tradição do linho no desenvolvimento de ações que promovam a prática da atividade física em todo o Concelho. Mencionou, ainda, que no dia de hoje, foi anunciado dois grandes eventos desportivos que decorrerão em Guimarães, a Final dos Campeonatos do Mundo de Futsal Universitário e a Final do Campeonato Nacional de Futebol Virtual, o que demonstra que Guimarães se afirma no mundo, com qualidade organizativa nos eventos e qualidade das suas infraestruturas, resultado do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município de Guimarães. No que concerne à Cultura destacou o recente lançamento do Plano Estratégico Municipal para a

Cultura, com o horizonte 2032, o anúncio da alteração ao Programa “Excentricidades”, com o foco assente no envolvimento da população e elevar tradições e lugares e a dinamização de projetos mais dedicados à juventude com um olhar mais atento às dinâmicas próprias e locais do nosso Município. No que concerne ao Turismo, destacou o sucesso de mais uma edição da Feira Afonsina e a entrada de novos parceiros no Roteiro Enoturismo de Guimarães. No que respeita à concretização dos compromissos eleitorais do Partido Socialista, lembrou algumas das obras que se encontram em execução, tais como, a 2ª fase da Ecovia, que disse estar a avançar a bom ritmo, a requalificação do Tardoz do Centro Comercial Vila e, especialmente, a reabilitação energética em edifícios de habitação social, investimento que envolve três milhões de euros, com financiamento de 2 milhões pelo FEDER. Por último, assegurou que o bem-estar dos cidadãos e o desenvolvimento do território, assegurando um Concelho melhor às gerações futuras, são a marca do Partido Socialista há mais de 30 anos. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Araújo Ribeiro. -----

André Faria Ferreira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O ambiente é muito importante para a vida de todos nós, preservá-lo é imprescindível para a humanidade como para todos os seres que habitam na Terra. Afinal, é nela, que estão os recursos naturais necessários para a sua sobrevivência, como água, alimentos e matérias-primas. O Município de Guimarães assumiu a vontade de ser Capital Verde Europeia há alguns anos atrás e para isso existia e existe a premente necessidade de cumprir todos os requisitos necessários para alcançar o objetivo. De forma a cumprir o mesmo, é necessário que tenhamos um município com boas práticas de



sustentabilidade ambiental e acima de tudo uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Analisando o percurso que o Município fez sobre o desígnio de ser Capital Verde Europeia é necessário deixar algumas reflexões. Após um ímpeto inicial que terminou em 2017, verificamos que existe uma perda na dinâmica na área do ambiente. Continuam a existir sérios desafios que falham na resposta eficaz aos Vimaranenses, o exemplo do transporte coletivo de passageiros que deve transformar-se numa alternativa eficaz ao transporte automóvel privado, sendo ainda hoje um problema o tema da mobilidade. A Feira Afonsina trouxe milhares de pessoas de Guimarães e de municípios vizinhos ao centro da cidade, na sua maioria vieram no seu veículo próprio. Referindo apenas os do nosso município, não seria mais sustentável disponibilizar autocarros específicos para o evento aos Vimaranenses? Mas não só, é necessário envolver o tecido empresarial de Guimarães neste desafio. As atividades económicas são uma peça fundamental na sustentabilidade ambiental. Conceitos como a economia circular promovem novos modelos de negócio e processos produtivos que promovem a circularidade em simultâneo com o crescimento da atividade económica. Com isto possibilita-se a criação de riqueza e postos de trabalho. É importante analisar o passado, mas mais importante ainda pensar o futuro. Sobre o passado, é necessário perceber os indicadores e a sua evolução, e com isso deixo uma questão, na candidatura em 2017, no que toca ao uso sustentado dos solos e à gestão da água, Guimarães ficou em 11º lugar, o que já se fez e o que se prevê ainda fazer para obter um melhor resultado? Sobre futuro, o Município Guimarães apresenta-se como candidato à Capital Verde Europeia 2025 com apresentação de candidatura em abril de 2023, o tempo é escasso, e os Vimaranenses não esperam outra coisa senão uma vitória por uma

subsequente melhor qualidade de vida. As políticas ambientais não devem apenas ser lembradas porque somos candidatos a Capital Verde Europeia, o ambiente, como comecei por dizer, é imprescindível para a humanidade e deve estar sempre presente na agenda do Municípios.”-----

André Faria Ferreira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes.-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, começou por lamentar a postura que a Câmara Municipal tem tido em relação aquilo que são os pedidos de esclarecimentos do Grupo Parlamentar da CDU, que não se coaduna com o dever de informação que, segundo disse, todos têm direito. Deste modo, recuou no tempo para lembrar que, na última sessão da Assembleia Municipal, levantou uma questão a respeito da linha de água que passa junto ao edifício que está a ser construído, paralelo a um já lá existente, situado abaixo da Pousada de Santa Marinha da Costa, à qual não obteve qualquer resposta. Lembrou, também, que na sessão realizada em fevereiro de 2022, havia mostrado as suas preocupações e solicitado um pedido de parecer sobre a prospeção e pesquisa de lítio no Concelho de Guimarães, o qual, até à presente data, não lhe foi entregue. Por último, disse querer saber qual o ponto de situação das obras de reabilitação da Ponte do Soeiro, situada na Freguesia de Gondar, que já se encontra encerrada há vários anos, anunciando que, em resposta a uma pergunta formulada na Assembleia da República pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, a Direção Geral de Cultura do Norte havia escrito o seguinte “A Ponte do Soeiro, situada na Freguesia de Gondar, Concelho de Guimarães, Distrito de Braga, informa-se que a mesma não é um imóvel classificado nos termos da Lei nº 107/2001, *não sendo propriedade e não se encontrando afeta à Direção Geral de Cultura do Norte ou outra qualquer entidade da área da cultura, pelo que a responsabilidade pela boa conservação do imóvel*



compete ao respetivo proprietário, não competindo, deste forma, à Direção Regional de Cultura do Norte pronunciar-se sobre o prazo da execução das obras. Não obstante a Direção Regional de Cultura do Norte recebeu, da Câmara Municipal de Guimarães, um pedido de apoio técnico para elaboração de projeto e caderno de encargos, tendo já transmitido um conjunto de orientações de salvaguarda patrimonial a serem vertidas para o projeto de reabilitação, tendo em vista a adequada recuperação da estrutura em causa. Concluiu.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Neste ponto irei começar por falar de ambiente. No que à área ambiental concerne, o Bloco de Esquerda congratula a adesão do município a múltiplas redes translocais de preservação ambiental, como o “Green City Accord”, a CESOP, a NETWORK OF HISTORIC CITIES AGAINST PLASTIC WASTE, o Pacto Português para os Plásticos, etc., valorando o urgente esforço de adaptação das políticas públicas locais à Emergência Climática. De facto, o poder local e este tipo de acordos e redes constituem pilares fundamentais neste desígnio que tanto exige da nossa comunidade como um todo. No entanto, alertamos que não basta a mera adesão a estes pactos, mas a materialização dos seus preceitos. Nesse sentido, tendo em conta as várias redes em que a Câmara Municipal se vinculou recentemente, pedíamos um esclarecimento sobre os reais impactos destas múltiplas adesões e em que pé se encontra a adaptação do município às exigências, pertinentes e necessárias, colocadas por estas redes. Acreditamos que só garantindo um envolvimento da comunidade local, com transparência, abertura e recolha de contributos, poderemos dar resposta a uma política de compromisso ambiental. Portanto, sendo um objetivo comum enquanto

cidadãos e vimaranenses de garantir que Guimarães consegue, com distinção, cumprir nos mais diversos parâmetros os objetivos ambientais delineados, apelamos a esta informação por parte da Câmara. Questionamos ainda se, caso os indicadores avaliativos inseridos no âmbito destas redes translocais não sejam os mais favoráveis, se a Câmara está ciente que o mesmo poderá ser um revés nas pretensões da Câmara em ser distinguida como Capital Verde Europeia, objetivo que nós, Bloco de Esquerda, vemos com bons olhos e abraçamos. Num outro tópico, destacamos, positivamente, a abertura do Centro de Recolha Oficial – CRO a programas de voluntariado. A conhecida reticência da instituição em abrir-se a contributos da comunidade e da sociedade civil era sobejamente conhecida e um aspeto a lamentar, tendo em conta as carências e défices apresentados no desempenho das suas funções. É, portanto, com bons olhos, que vemos esta evolução, neste tema tão caro ao Bloco de Esquerda de Guimarães ao longo dos últimos anos. No entanto, questionamos em jeito de esclarecimento, à Câmara Municipal o porquê da diminuta adesão dos munícipes através do Banco Local de Voluntariado a esta iniciativa, constando no relatório da atividade da Câmara apenas quatro pessoas neste regime, tendo em conta que a participação, em proporção, de cidadãos e cidadãs nesta experiência de voluntariado tem sido muito mais elevada. Não alheados da crise humanitária que assola toda a Europa em consequência das migrações forçadas de cidadãos e cidadãs ucranianas, após a agressão militar da Federação Russa à Ucrânia, cabe também ao município, a nosso ver, esclarecer periodicamente como tem decorrido o processo de integração dos refugiados instalados no concelho de Guimarães, principalmente dos mais jovens e que se encontram neste momento a estudar em estabelecimentos escolares do concelho, alguns a sentir a barreira linguística como considerável entrave, como reportamos. De



saudar, em jeito de nota e por se tratar de uma iniciativa valorosa de um espírito associativo e cívico notável, a iniciativa da Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho, que colocou em contacto jovens ucranianos do Ensino Superior com algumas destas crianças, suprimindo algumas necessidades no contacto destes refugiados com os profissionais escolares. Peço, portanto, notas sobre como está a correr o processo de acolhimento e integração desta comunidade.”-----

O Vereador **Paulo Rui Lopes Pereira da Silva**, sobre as questões relacionadas com a perda de população e captação de investimento, referidas em algumas intervenções que o antecederam, assegurou que o Município não é alheio a estas questões, dando como exemplo a revisão do Plano Diretor Municipal, cuja apresentação pública ocorrerá no próximo sábado, e cujas questões fundamentais subjacentes são as pessoas e a habitação, ao incluir novos espaços para habitação e novas zonas de acolhimento empresarial. Ainda no âmbito da perda de população, recordou, também, o procedimento que decorre para a aquisição de 172 frações, que permitirá dar resposta à falta de habitação acessível no Concelho. Sobre os planos de desenvolvimento, quer do Turismo, quer da Cultura, clarificou que existe um Plano de Desenvolvimento para o Turismo de Guimarães, 2019/2029, apresentado em setembro de 2019, e existe o estudo para a elaboração de um Plano Municipal Estratégico para a Cultura 2022/2032, que foi apresentado recentemente, que contará com a coordenação do Centro de Investigação da Universidade do Minho e que fará a auscultação no terreno, para posterior entrada em vigor, definindo as políticas para a próxima década na área da Cultura em Guimarães. Ainda sobre o Turismo, anunciou que o Município de Guimarães está a promover, cada vez mais, não só o Centro Histórico, mas também a diversificação da oferta em Guimarães.

Informou que a “Noite Branca” era um evento que fazia parte do contrato programa d’A Oficina, que terminou em 2019, e que durante estes dois anos, a ausência do evento não foi sentida, uma vez que a grande maioria dos eventos não se concretizou devido à pandemia de Covid-19, mas que é um evento para ser retomado. Informou, também, que no mesmo fim de semana em que se realizava a Noite Branca, 2 e 3 de julho, irá decorrer o *Sunset Praça*, um evento para pessoas de todas as faixas etárias e que prevê uma maior abrangência, tendo o seu ponto alto, no final da noite, o Largo do Tournal. Ainda neste âmbito, considerou estar na altura de olhar para um novo modelo daquilo que poderá ser a “Noite Branca”, já no próximo ano, diferente daquele que foi praticado até agora, refletindo a tradição europeia das noites brancas com talentos emergentes, praças ocupadas e espaços abertos ao grande público, tal como acontece, por exemplo, em Paris. Relativamente à economia, recordando a intervenção proferida pelo Engenheiro Isidro Lobo aquando da inauguração da nova toponímia de uma das ruas da cidade - Rua da Indústria –, disse ter sido uma das formas de homenagear todos os que, nesta área, empresários e trabalhadores, continuam a fazer o melhor para que tenhamos um território competitivo. Confirmou ter rececionado convite para participar na feira em Albacete, para a qual confirmou presença, mas que por sobreposição de agenda não lhe foi possível participar. Sobre a prospeção de Lítio, questão suscitada por José Manuel Torcato Ribeiro, informou que não só existe um parecer, como está publicado no *site* do Município para consulta. Finalizou, informando que o projeto de requalificação da Ponte do Soeiro está na sua fase de conclusão, pelo que a obra avançará a qualquer momento. -----

O Vereador **Paulo Rui Lopes Pereira da Silva** respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro, Paulo Miguel Lima Peixoto, André Faria Ferreira, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro



e André Filipe de Castro e Sousa Casalta. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com **1 abstenção** (Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD). -----

Pelas zero horas e quinze minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 30 de junho, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -